

Subdesenvolvimento e Nacionalismo na Teoria Política (*)

DR. PAULO BONAVIDES
Prof. Cat. de Teoria Geral do Estado

Quem atentamente lê as obras de ciência política aparecidas depois da última Grande Guerra Mundial, admira-se da nova dimensão que certos temas tomaram e dos novos aspectos que cercam o equilíbrio de forças de que fiamos a paz e a segurança do mundo.

Tratadistas políticos da envergadura de Georges Burdeau e Hans Nawiasky, constitucionalistas eminentes como Koellreuter e Forsthoff, publicistas da idoneidade de Filmer, Brogan e Morrison reformaram os processos de investigação na ciência política de nosso século e se mostraram dignos daquela tradição confiante de estudos que começa com o pensador grave e austero que foi Georges Jellinek.

Quando acompanhamos, pois, o curso de idéias dêsses cientistas políticos, verificamos que cada um dêles recolheu da vida e dos fatos uma dose amarga de experiência, que os ajuda a recompor velhas interpretações, abandoná-las por inteiro ou recomençar, quase ao termo da existência, a construção audaz de no-

(*) Homenageado no Clube do Advogado por haver conquistado a Cátedra de Teoria Geral do Estado, em recente concurso, realizado na Faculdade de Direito da Universidade do Ceará, o Professor Paulo Bonavides, depois de agradecer, comovido, a carinhosa manifestação de aprêço dos causídicos cearenses, proferiu, para os presentes, a conferência que aqui estampamos.

vas teorias, em lugar daquelas expostas até então como verdades improfanáveis.

Lucra a Teoria Geral do Estado com essas retomadas de posição, quando elas vêm servidas da boa-fé e probidade de homens que se caracterizam pela sua autenticidade de cientistas e pesquisadores.

Não são improvisadores, não criam a ciência ociosamente em divagações de gabinete, não mudam ao sabor de emoções ou cálculos de conveniência, mas refletem o amadurecimento nos estudos, o contacto com os problemas e as idéias, a segurança nos conceitos.

O progresso da ciência social é sabidamente lento. Tão lento que a ironia de Bastiat, ao oferecer prêmio de cinquenta mil francos a quem lhe desse uma definição satisfatória de Estado, constituirá sempre um brado de severa advertência contra os diletantes superficiais, ou seja, aquêles que de modo algum atentaram na observação pessimista de Hegel ao confessar que mais fácil seria conhecer a Natureza com todos os seus mistérios do que a sociedade humana, com a vastidão desafiadora de seus problemas.

Cansado e desiludido, o insigne mestre do direito público alemão, Professor Otto Koellreuter, escreveu uma recentíssima Teoria Geral do Estado, que vem compendiar os princípios fundamentais da ciência política, como êles chegaram aos nossos dias e como se projetam para o futuro.

O seu "Allgemeine Statslehre" publicou-se há pouco mais de um ano, e é, a nosso ver, tão importante quanto o livro de Del Vecchio, a saber, a Teoria Geral do Estado, já estampado em idioma português, numa boa tradução prefaciada pelo professor Miguel Reale.

O resumo que fez Del Vecchio foi logo acolhido como síntese clássica, realçada pela autoridade de um Mestre que, durante cinquenta anos, ilustrou a cátedra universitária com os seus estudos de jurisconsulto e filósofo, legando à cultura peninsular

obra que honra a tradição dos maiores nomes do pensamento italiano.

Tudo quanto assimilou Del Vecchio acêrca do Estado ali se acha exposto com a meridiana clareza dos escritores latinos, em monografia deveras admirável pela firmeza de método e orientação.

Estáquio Galán y Gutierrez, catedrático da Universidade de Valladolid, comparou essa prestantíssima obra a uma pequena jóia e considerou-a o coroamento de uma vida.

Acrescentamos a essas palavras justas que o livro de Del Vecchio representa muito mais que o coroamento de uma vida.

Ele conclui na ciência política aquela ordem de idéias que, tomando por ponto de partida o formalismo da filosofia kantiana, a concepção do Estado e do Direito, qual a esboçou o sábio de Koegnisberg, na "Metafísica dos Costumes", encontra em juristas como Stammler e Kelsen o seu desenvolvimento lógico até adquirir perfil definitivo na filosofia clara e profunda de Del Vecchio.

Mas o Estado de tendência socialmente neutralizadora, sem conteúdo material, como pura abstração metafísica, segundo a criação de Stammler, ou como fenômeno estritamente jurídico, conforme a doutrina de Kelsen, foi uma verdade pacífica que o liberalismo acatou e na qual fizeram profissão de fé os seus juristas.

Escreveu Del Vecchio, talvez sem o saber, o epitáfio de semelhantes idéias, e honra lhe seja pelo que êsse livro seu significa como expressão de um método de estudo do fenômeno estatal, método aliás de uma escola que a tradição dialética hegeliana rejeitaria e combatera, e de cujos embates, em nossos dias, saiu inegavelmente vitoriosa.

Mas como quase tôda linha doutrinária tem sempre um fundo de verdade, não se há-de desprezar o pecúlio da idéia liberal naquilo em que ela afirma a santidade dos direitos da pessoa humana, embora as sociedades onde oficialmente vingou o pensa-

mento político do Estado liberal andassem bastante apartadas daqueles preceitos, ocultos quase sempre num véu de hipocrisia, véu que não logrou, todavia, encobrir os insolentes privilégios de classe, que o desnaturavam, e a cuja sombra se estirava a sonolenta realidade social do liberalismo.

* * *

Se o livro de Del Vecchio olha, porém, para o passado e contém traços de uma investigação doutrinária já acabada, não acontece o mesmo com o "Allegemeine Staatslehre" do Professor Koellreuter.

Aqui, o político foi derrotado, o publicista compartilhou com o povo alemão as decepções de uma guerra perdida, o constitucionalista suspeito de simpatia com a causa do nacional-socialismo se cingiu tão somente a uma reação tímida de saudosismo e melancolia, numa parada de frustração.

Mas os fatos parecem querer vingar o antigo proselitismo de um publicista da ditadura. E, diante de um mundo que se modificou, o cientista reaparece, indicando, irônica satisfação, a nova "facies" política da atualidade, pedindo a revisão urgente de alguns conceitos de nossa ciência, a dilatação imediata de seu território.

O notável prefácio da obra e a novidade de seus temas encarecem a necessidade de reescrevermos a Teoria Geral do Estado, da maneira como ele o faz.

A proposição fundamental é que já não podemos compreender a Teoria do Estado como teoria política do Ocidente. Os povos orientais, a China milenar, onde floresceram instituições sociais enriquecidas por um passado imemorial, quase não mereciam de nossos tratadistas uma só referência, pois o sentimento arrogante do cientista ocidental nada encontrava, em sua ignorância, que aprender com outros povos, ou desdenhosamente reputava a cultura do Oriente cultura inferior ou via na sua gente meros apren-

dizes de civilização, ansiosos por receberem os ensinamentos materiais da técnica européia.

Essa visão errônea e deformada, na qual adormeciam trágicamente confiantes os povos ocidentais, subsistiu até época recente, e só agora começa de alterar-se, como se de súbito houvéssomos percebido, com a propagação do comunismo soviético e a decadência do sistema colonial, tôda a extensão de nosso engano.

A estonteante industrialização do Japão no século passado, a lição das armas japonesas em Pôrto Arthur poderiam já, na fase subsequente à Primeira Grande Guerra Mundial, ter ilustrado a obra de Osvaldo Spengler sobre a decadência do Ocidente, complementando-a como fato histórico irrecusável, como prólogo de uma nova convivência entre os povos.

Só com Toynbee readquiriu essa verdade tôda a plenitude de sua força e veio a inscrever-se na consciência do Ocidente. Hoje, de modo já inseparável, pois o destino de nossa civilização atlântica se ligou irremissivelmente à sorte dêsse recontro da cultura do Ocidente com a do Oriente.

Acordamos tarde para uma realidade velha. O filósofo da nova decadência, como alguém já o apelidou, deu em "O Ocidente e o Mundo" o rebate dêsse outro perigo, assinalado pelo orgulho, a presunção e o egoísmo das chamadas raças brancas, que comunicaram aos povos orientais as suas mazelas, os seus métodos de opressão, os seus pecados, conhecidos na linguagem política corrente com o nome de colonialismo e imperialismo.

Poderia a ciência política ficar, pois, à margem dêsse problema doloroso e crucial, o maior de nossos dias?

O professor Koellreutter responde-nos que não. E aqui o temos, discípulo fiel de Toynbee, reajustando a doutrina do Estado com a realidade internacional, fora de todo preconceito, alargando horizontes de pesquisa, universalizando, em suma, um espaço político que até então fôra apenas o espaço ocidental.

Consta da expansão européia pelo mundo duas fases distintas.

Na primeira, o ocidental chegava aos outros continentes em busca da matéria prima, do metal precioso. É a idade da pilhagem, do morticínio coletivo das populações nativas, da colonização violenta, temperada pela catequese. Piratas e conquistadores, plantando em mar e terra a bandeira de seus reis, tornando odioso e temido o nome europeu, inauguram com o sangue e a espoliação o sistema colonial de sombrias tradições.

Na segunda metade do século XVIII, e principalmente por todo o século XIX, converte-se o velho sistema colonial no moderno imperialismo.

Que é o imperialismo?

Os europeus da última centúria responderiam muito bem a essa pergunta. Imperialismo já não é apenas açambarcamento de matérias primas, navegação privilegiada, comércio cerrado entre a colônia e a metrópole.

Entre essa forma obsoleta do colonialismo antigo e o imperialismo da moderna técnica colonial interpôs-se uma revolução industrial, que aperfeiçoou os métodos de submissão do asiático, do africano e do mestiço americano à vassalagem européia.

O não europeu, ou seja, o bárbaro de outros continentes, poderia ser mantido com muito mais vantagem e segurança em servidão, dando-se-lhe o benefício da permuta de bens, com desfôgo para a indústria da nação imperialista.

Esta tinha, pois, onde colocar a preço extorsivo a sua mercadoria, e receber, como contraprestação, por uma ninharia, a riqueza do nativo, essa riqueza sem a qual ficariam paralisadas as usinas e não haveria fumaça nas chaminés das fábricas do país colonizador.

Iniciava-se assim outra política colonial. Em troca da matéria prima, havia a entrega dos bens industriais.

A partilha das esferas de influência e a redistribuição dos mercados no século XIX, desde que a industrialização, na Europa,

de alguns países continentais, quebrara a virtual primazia britânica, suscitando entre êsses mesmos países gravíssimos conflitos de interesse, assinalaram a segunda fase da expansão européia, o advento de novo colonialismo industrial, coberto agora pelas sombras do crepúsculo, que hoje deixam antever o fim imediato de uma longa prática opressiva.

* * *

Dos dois lados do mundo, como denominador comum, levanta-se uma força singularmente estranha e poderosa, que convoca os povos a tomarem em suas mãos a direção de seus destinos.

Essa força é o nacionalismo, que medra em todos os continentes, e se anuncia como a mais eficaz arma de emancipação das nações humildes e espoliadas.

O nacionalismo é uma idéia nobre. Salvou a França na quadra revolucionária de uma coligação de invasores. Fêz a independência política do Estado alemão e unificou a Itália no século XIX. Derrubou recentemente algumas monarquias decrépitas e sem patriotismo no Oriente Médio. Deu inspiração aos povos asiáticos e africanos para sacudirem o jugo colonial.

Nêle distinguimos historicamente duas fases.

A primeira o circunscreve ao domínio político e o confina à área continental européia.

É o nacionalismo do século XIX, que se prolonga até a Primeira Guerra Mundial, e nos dá, terminado o conflito, uma floração de países novos e independentes, que tiveram reconhecida e consagrada na letra do Tratado de Versalhes a sua existência política.

Esse nacionalismo do ramo europeu e ocidental foi puro nas suas fontes até que o totalitarismo de Hitler e Mussolini o contaminou.

Depois de libertar povos e conduzi-los à maioria política, acabou no descrédito, mercê da ação inescrupulosa de maus diri-

gentes, que o empregaram a serviço do ódio entre as nações, da dominação de povos livres, e do reprovável expansionismo territorial, feito a expensas dos Estados fracos.

A depravação dessa forma de nacionalismo custou ao gênero humano duas guerras sanguinolentas, onde a juventude inocente pagou com a vida os pecados e a traição de seus líderes.

Quando o nacionalismo tomou feição imperialista, como sucedeu na Alemanha, isto refletiu o retardamento da revolução industrial no coração da Europa, a concorrência tardia com que a indústria alemã, de excelentes níveis qualitativos, se atirava aos mercados coloniais, quase todos ocupados já pela França, Inglaterra e Estados Unidos.

Há quem recue a primeira enfermidade que acometeu e desvirtuou o nacionalismo europeu à Revolução Francesa. Nacionalismo de cunho político, que teve seu triste epílogo em fins do século XVIII, com o jacobinismo e a guilhotina, Robespierre e o Terror.

A segunda prostração, a mais séria de tôdas, se revestiu de caráter econômico. Sua consequência mais funesta para a humanidade foram os dez milhões de mortos da Primeira Guerra Mundial e o genocídio de Hitler contra o judeu, último espasmo da cólera nazista.

O nacionalismo europeu, de configuração mórbida, recolhe, pois, uma herança lúgubre, ou seja, para uns o enfraquecimento; para outros, provavelmente, o fim da hegemonia ocidental no mundo.

E assim aconteceu porque o nacionalismo se desviou de sua rota emancipadora, das nascentes puras do século XIX, para se converter, na primeira metade deste século, em arma de expansão imperialista, empunhada por aquêles mesmos povos em cujo solo êle deitara a semente da libertação nacional.

A segunda fase histórica e não menos larga nas vicissitudes do princípio nacionalista é recentíssima e podemos dizer que apenas raizou.

Corresponde à idade de sua propagação pelo mundo inteiro. Alastrou-se por todos os continentes. É o nacionalismo purificado da hora que passa. O nacionalismo de índole nova, menos política e mais social e econômica. O verdadeiro nacionalismo do século XX, dos países atrasados, das nações até ontem entorpecidas pela escravidão econômica, e hoje ansiosas de libertação.

As bases ideológicas, que inspiram esse princípio nos Estados que o abraçaram ou nos povos que o aclamam dentro das áreas coloniais, poderão variar. O que não há-de variar é o caráter de autodeterminação de que ele se acha investido e que se traduz numa revalorização constante do problema da liberdade, sob o aspecto econômico.

É provável que venha o nacionalismo a coincidir com este ou aquele totalitarismo. Admitimos até uma solidariedade eventual de interesses, como ora acontece no mundo, mas nunca uma identificação permanente e necessária.

A democracia ocidental deve conformar-se com a diluição do sistema imperialista, a ruína e perda dos mercados coloniais.

Tôda resistência a esse respeito será inútil e danosa, pois compromete no sentimento dos povos subdesenvolvidos a causa política do Ocidente, que é a causa da democracia, como nós a entendemos e praticamos, ou seja, a causa da liberdade, que nos confere o poder da crítica construtiva, e nos restitui, desimpedida, a tribuna, de onde podemos, sem desfalecimento, combater os erros dos governos decaídos, uma vez atravessadas as quadras obscuras de violência e negação do princípio constitucional.

Urge assim desarmar os que exploram de maneira inconfessável a debilidade das democracias ocidentais, quando sabemos que internamente pelejam elas também contra a sufreguidão dos trustes e grupos financeiros internacionais.

Nada aprenderam estes com a lição dos últimos fatos histó-

ricos e parecem inclinados a conduzir o Ocidente àquele abismo que Toynbee profetizou, se os homens da civilização ocidental não mudarem o mais cedo possível de rumo, procurando cultivar a simpatia das nações subdesenvolvidas e instaurar para com elas uma política de confiança, amistosa e fraterna, desaparelhada de preconceitos, e votada a fazer aliados e não inimigos.

A América Latina demora nas áreas de pauperismo econômico. E dentro na América Latina o Brasil, com um povo que conhece tôdas as promessas de seu futuro, contidas no vasto reservatório das riquezas adormecidas no solo.

O nacionalismo brasileiro entrou a explorá-las contra a ambição estrangeira, traduzindo em fatos o seu enorme esforço.

A expansão da siderúrgica de Volta Redonda, o aproveitamento da energia hidráulica de Paulo Afonso, a lavra nos campos petrolíferos da Bahia, o bom rendimento das refinarias nacionais, atestam o êxito da tese nacionalista e mostram como nos achamos distanciados do nacionalismo suspeito, que se entretece do ódio ao estrangeiro, na mais descompassada xenofobia, que um estadista, como Epitácio — dos nossos velhos nacionalistas talvez o mais puro — já denunciara ao País, há cerca de 40 anos.

Foram palavras de Epitácio em uma de suas mais lúcidas e inesquecíveis orações:

"Ser nacionalista não é hostilizar o estrangeiro que nos traz, a nós, país imenso e despovoado, o concurso honesto da sua inteligência e do seu trabalho; que vem ajudar-nos a descobrir, explorar e mover os tesouros inesgotáveis do nosso solo abençoado, ou que aqui chega, cheio de confiança em si mesmo, e faz de nossa gente a sua família e de nossa pátria a sua própria pátria.

Ser nacionalista é amar o Brasil acima de tudo; é fazê-lo o nume inspirador das nossas palavras e ações; é ter orgulho de ser brasileiro; é trabalhar até o sacrifício pelo progresso moral e material da nossa terra; é defender as imunidades do nosso domínio e não tolerar que, em nossa casa, sejamos relegados à simples condição de hóspedes; é não consentir que se dilua o nosso amor

pelo país, sob a influência perniciosa de um cosmopolitismo desfibrado e dissolvente; é, em suma, não ter outra preocupação que não seja a de fazer o nosso Brasil cada vez mais rico, poderoso e feliz, com o estrangeiro, sem o estrangeiro ou contra o estrangeiro”.

A nova geração nacionalista abre a todos os povos o seu coração amigo. Nacionalismo e democracia, eis o lema que não devemos desprezar e antes inscrevê-lo no programa de nossas campanhas.

A cruzada nacionalista, que levantou a tese da alforria econômica, que fêz do patriotismo uma arma contra o subdesenvolvimento, que arregimentou as melhores energias de nosso povo no debate dos grandes problemas nacionais, lembra já, como episódio cívico, os saudosos dias da Campanha Civilista, da Reação Republicana e da Revolução Liberal.

Se não a descaracterizarmos, essa cruzada, que se filia na mais autorizada tradição republicana, que fêz vibrar a alma popular, que tantas energias polarizou, há-de concorrer também para operar a recomposição dos quadros políticos, regenerando-os, e promover a revitalização da democracia, reedificando-a.

Nunca, tanto quanto hoje, estêve a ordem democrática mais ameaçada no Brasil, pela interferência ilícita do poder econômico, que internamente desmoraliza o sufrágio, ao anular a legítima expressão da vontade nacional, e, externamente, conspira, junto de grupos estrangeiros, contra a integridade moral e material da pátria, ferindo os interesses da soberania.

Mas não devemos, por outro lado, consentir que a demagogia partidária, nas cabalas eleitorais, se apodere dêsse sentimento a que se prende a sorte de um povo para desvirtuá-lo como u'a improvisação da oratória dos comícios, como mais u'a promessa atirada ao descrédito das ruas.

A cruzada nacionalista deve ser um compromisso com as idéias, um pacto entre o povo e a nação, selado com a honra de todos os brasileiros, e nunca êsse expediente, de fundo passageiro e demagógico, destinado a estear na órbita partidária ambições pessoais de última hora ou remediar a decadência de situações políticas transitórias, desprestigiadas já perante a opinião.

Se assim a conduzirmos, com fidelidade, a causa nacionalista será a renovação e o futuro, fazendo-se digna de merecer a adesão de quantos se guiam unicamente pelos caminhos do patriotismo e da verdade, no afã de bem servir ao País e de corresponder às suas mais justas e elevadas esperanças.